



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE MARÇO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Filomena dos Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas 30 minutos.

Deu-se continuidade ao debate e apreciação conjunta, na generalidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2013. Intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa), os Srs. Deputados Albertino Bragaça (PCD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Francisco Rita (PCD), Cipriano Riqueza (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Jorge Amado (MLSTP/PSD), Adelino Pires Neto e Delfim Neves (PCD).

No encerramento do debate, produziram declarações os Líderes dos Grupos Parlamentares do PCD (Delfim Neves) e do MLSTP/PSD (José Viegas) e o Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa).

Antes do encerramento da sessão, foi aprovado o requerimento, proposto por um grupo de Deputados, que avoca ao Plenário a apreciação, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de Matos
Alcino Martinho de Barros Pinto
Ângela Viegas Santiago
António da Trindade Afonso Ramos
António Neves Sacramento Barros
António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Deolindo Luís da Trindade da Mata
Dionísio Fernandes Leopoldino
Domingos Monteiro Fernandes
Danilo Neves dos Santos
Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa das Neves
Higino Vera Cruz Will
José da Graça Viegas Santiago
Jorge Amado
Joaquim Rafael Branco
Manuel da Cruz Marçal Lima
Manuel Martins Quaresma
Silívia Ambrósio Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira Bragança
Cipriano Sousa Riqueza
Delfim Santiago das Neves
Filomena Maria dos Prazeres
Francisco Inácio da Silveira Rita
Maria Edite Salvaterra Pinto
Yrgue-Anatali da Silva Correia Francisco

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. Presidente: — Como sabem hoje vamos retomar o segundo dia da discussão na generalidade do OGE e havendo quórum vou pedir ao serviço que convide Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental para tomar lugar na Sala.

Convido cada um dos Srs. e Sras. Deputados para tomarem os seus respectivos lugares. Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras e Srs. Ministros, Caros Colegas Deputadas e Deputados, bom dia. Espero que tenham tido um bom fim-de-semana e que tenham regressado ao Parlamento com vigor necessário para discutirmos e aprovarmos o Orçamento.

Na sexta-feira, iniciamos a discussão e tínhamos acordado que essa discussão deveria ter lugar em 2 dias, e hoje é o segundo, e vamos retomar, recordando-vos que estamos a discutir as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral de Estado para 2013. Daí que, sem mais delongas, vamos dar a palavra aos Srs. Deputados inscritos, para posteriormente convidarmos o Sr. Primeiro-Ministro, como representante do Governo, a fazer os devidos esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, venho cá para uma curta intervenção, porque ao ler o Orçamento Geral de Estado, na parte dedicada à cultura, fiquei muito surpreendido por ver que o patrocínio que o Estado fez desde sempre à União Nacional dos Escritores e Artistas São-tomenses (UNEAS) foi, pura e simplesmente, suprimido por este Governo. Espantou-me na medida em que, conhecendo as pessoas que o acompanha, esperava

até que o patrocínio cujo montante era quase que simbólico pudesse vir a ser aumentado. Tratando-se de algo muito importante para a vida da UNEAS, eu gostaria de alertar o Governo para aquilo que considero talvez uma falha ou uma omissão, de modo é que no trabalho na especialidade o patrocínio pudesse continuar a ser motivo do Governo.

O Sr. Presidente: — Estou convencido que o Governo tomou boa nota dessa questão. Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu li atentamente as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral de Estado e ressaltou-me duas questões entre outras que eu reputo de grande importância, nomeadamente a questão da Saúde e da Segurança.

Quanto ao sector da Segurança, como sabem, é importante a questão da segurança do cidadão, dos agricultores, dos investidores, da actividade laboral em si, da Justiça, portanto no seu todo. Reparei que o Governo tende a dar importância a esse sector, paralelamente com o sector da Saúde que infelizmente, segundo as informações que nos chegaram, está em greve.

Gostaria de apelar ao bom senso das partes, porque acho que estamos num momento de extrema importância e que o Governo só poderá executar grandes questões após aprovação deste Orçamento, embora temos ouvido através da comunicação social que o Governo tem estado a fazer esforços de modo a contactar os seus parceiros, de modo a apoiar. Eu quero ainda relembrar que é totalmente impossível um governo, a menos de 3 meses, conseguir resolver este problema de uma forma mais célere em relação à que tem feito. Portanto, gostaria de apelar ao bom senso aos profissionais da Saúde de modo a cooperar, porque o Governo necessita de um instrumento vital que é o Orçamento Geral de Estado. Neste contexto, mais uma vez, gostaria de apelar ao bom senso. São estas duas questões.

Às vezes, em conversa com as pessoas, eu digo que há dois sectores que me melindram: o sector da Saúde e da Justiça, porque nós, o cidadão comum, quando aparecemos no hospital ou em qualquer centro da saúde, se esse sector não estiver munido de meios, estamos mal entregues. Igualmente na justiça, porque corremos o risco, até se recompor a nossa situação, de pertencer a outro mundo.

Também gostaria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro para ter coragem suficiente, porque eu considero o seu Governo como um governo desbravador e para isso é necessário que tenha bastante calma e, aliás, tanto os meus colegas como os colegas Delfim Neves e Pires Neto, na sexta-feira, tinham dito que pairam nesse país uma onda de mentiras. Toda gente fala de tudo, toda gente sabe tudo e para isso é necessário uma calma bastante grande para nós podermos ultrapassar.

A segunda parte da minha intervenção tem a ver com outros dois aspectos que eu vejo aqui neste documento que é a questão do empreendedorismo do porto de águas profundas e a questão da modernização do Aeroporto de Príncipe. Acho que são alavancas fundamentais para a questão do emprego, do apoio ao jovem, do desenvolvimento e de alavancar e arrancar mesmo as estruturas juvenis e a questão do emprego.

Outra questão que me preocupou também foi a questão que o Sr. Ministro das Obras Públicas levantou, o caso da estada nº 3, se não estou em erro. Como é que se pode estar a fazer uma intervenção esquecendo de um elemento vital, ao ponto de daqui a pouco corrermos o risco de rachar de novo as estradas por causa da questão das canalizações. Acho que é uma questão que carece de um acompanhamento muito forte. Embora não esteja programado aqui no Orçamento, acho que é uma questão que devemos ver.

Finalmente, a nível da Assembleia, recebemos um pedido da comunidade de Cabo Verde para a instalação de um centro consular e também é uma questão que gastaria que fosse retomada, de modo a responder à necessidade da nossa população em Cabo Verde que já é uma população bastante significativa e representativa.

Por final, nós temos a questão do poder local. Felizmente neste Orçamento ampliar-se a verba para o poder local, porque sem o poder local não há o desenvolvimento equilibrado. As nossas populações carecem de muitas questões e com este orçamento, se for bem acompanhado e bem materializado, teremos a ocasião de conhecer o desenvolvimento harmonioso do nosso país.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, não obstante ter falado aqui sobre a greve que está a decorrer agora, tomo a palavra apenas para lhe pedir que brinde a Assembleia Nacional e a população em geral com uma explicação sobre a situação da carreira dos técnicos da Saúde. Gostaríamos de saber em que pé está essa situação, para que não aconteça amanhã o que estamos a viver hoje.

Por outro lado, aproveito para informar em particular a população do Distrito de Lobata que um deputado é o deputado nacional. Quando olhamos as GOP e o OGE, temos que falar de uma forma geral daquilo que vemos no documento. Tenho que aproveitar aqui para falar, porque citei a cidade de Angolares, do Distrito de Caué, e porque moro em Lobata isso foi alvo de comentários de alguns residentes de Lobata. Mas aproveito para dizer a população de Lobata que caso o Governo materialize as acções que temos plasmado

neste OGE, será muito bom para o distrito, porque vimos que está plasmado várias actividades em termos de infra-estrutura e não só, e se forem materializadas será muito bom para o Distrito.

É apenas isso que eu queria informar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Rita, para uma intervenção.

O Sr. Francisco Rita (PCD): — Esta minha intervenção é apenas para poder criar um elemento de entendimento, sobre tudo quanto ao que foi falado aqui, que é relacionado com a minha profissão.

Eu gostaria de ler o documento que tenho e à medida que for falando irei explicando o que desejo.

A minha intervenção tem apenas por objectivo servir da vontade manifesta do Governo para melhorar as condições em termos de alguns aspectos que já foram mencionados no Orçamento pelo Sr. Primeiro-Ministro. De facto, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, numa das suas intervenções mais recentes, afirmou a eminent necessidade de melhorar as condições de vida das pessoas, afirmação que poucos dias depois veio a ser confirmada por Sua Excelência o Sr. Primeiro-ministro. Interessa assim uma abordagem aprofundada que permite descobrir as origens das derrapagens mencionadas pelas mais altas autoridades do País. Irei fazer uma pequena definição de todas aquelas situações para que o Governo, de alguma forma, encontre aquilo que não corresponde à realidade. Temos três casos que eu queria comentar de forma muito rápida.

O primeiro tem a ver com combustíveis e água, em termos de usos nocturnos. O consumo de combustível e água reclamado pelas autoridades poderia melhorar, criando-se um sistema de controlo que define as horas nocturnas de consumo, por exemplo a redução sistemática das horas de repouso como é feito em muitas situações. Quer dizer, como é lógico, o Governo deveria estabelecer todas as acepções necessárias para estes casos.

Quero dizer com isso que o uso que estamos a fazer da água e da energia não tem aquelas condições que deveria ter de analisar qual é a necessidade do País e como utilizar esses dois bens. Interessante seria o Governo, como também fizeram muitos países, estabelecer uma gestão separada para a energia e outra para a água. Aqui em São Tomé a água e a energia, há muitos anos, está a ser gerida pela mesma gestão. Em muitos países, a gestão da energia é feita por uma secção que pode entender o trabalho a se realizar e outro pode ser feito por outro elemento. Além disso, o monopólio que governa ambos os elementos deverá também ser lentamente banido. Deveríamos tentar encontrar alguma forma de gestão da água e da energia, mas que não fosse com base no monopólio que estamos a ver permanentemente. Sobretudo porque temos uma empresa que domina toda a questão da água e da energia.

Há um terceiro ponto que queria também comentar. Há uma função económica chamada rendimento disponível. Esta variável económica não vem definir, no nosso caso, o nível das economias das famílias, uma vez que o Produto Interno Bruto do País não oferece o necessário equilíbrio entre a agressiva política de impostos – estamos perante uma situação desta – e a necessária contrapartida que deve ser implementada de acordo com as regras internacionais, em particular a memória e a qualidade dos santomenses. Nós devemos tentar que haja um equilíbrio entre aquilo que o Governo toma e aquilo que o poder do Governo e a sociedade santomense pode ter. Torna-se assim necessária uma política de pressão fiscal mais ajustada à realidade do País, que justifique o nível e capacidade do mesmo. Esse é o papel do rendimento disponível. Se esse rendimento disponível não está em pleno equilíbrio com aquilo que o País e as pessoas podem suportar e podem de alguma forma gerir, o País está muito mal.

Não devemos ignorar que o PIB de um país está composto pelo consumo público e privado. Quando ignoramos o consumo privado, estaremos a amputar um dos braços da nossa economia. Se não tomarmos em conta que o consumo privado forma a parte também do PIB, estaremos a ignorar a importância que o consumo privado tem para o País. E neste momento posso confirmar que essa variável não está a ser complementada.

Há ainda três ou quatro pontinhos que eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que me deixe falar.

Outros aspectos a serem comentados interessa determinar intervenções que talvez têm sido objecto de algumas questões, mas que poderiam melhorar a nossa imagem e a nossa política como partidos que conhecem bem os problemas dos santomenses.

Em primeiro lugar, não exagerar a imagem do País doentíssimo que às vezes insistimos em mostrar, como temos constatados em algumas ocasiões. Por exemplo, desculpem, algumas pessoas com dificuldades respiratórias que são levadas para todo o lado. É, de alguma forma, vender para o público que o povo santomense não sabe gerir a sua saúde. Sabemos que pode, mas temos uma situação em que determinados elementos foram levados à contemplação sem necessidade. Podia ser um pouco mais baixo.

Um segundo ponto que nós podíamos ver é a questão da pesca. Nós tivemos alguns comentários sobre a pesca com a utilização da dinamite. Foi falado em São Tomé e comprovado que a dinamite foi utilizado e publicitado como elemento para a pesca. São Tomé e Príncipe nunca teve isso e realmente a única coisa que se pode fazer é criar elementos de perturbação da qualidade do nosso pescado. O que não podemos fazer é dizer que o nosso produto está a ser feito com essas questões.

Temos também as aflições por que passam, de forma publicitária, os nossos bolseiros. As aflições por que possam os nossos bolseiros, o desamparo a que são objecto no mercado são mais uma confirmação

da pobreza do nosso país. Sabemos que temos um país pobre, mas não exageremos, desfilando por todo lado a pobreza do País.

Tenho mais dois pontos pequenos e eu queria pedir a vossa colaboração para o que estou a falar e se houver alguma questão relacionada com aquilo que não deve ser, tem toda a razão. Seria interessante possuirmos uma estatística relacionada com as taxas da população, tais como a natalidade, a mortalidade e a esperança de vida. Eu não me lembro de ter visto os sâo-tomenses fazerem uma aproximação àquilo que é a esperança de vida dos sâo-tomenses. As vezes falamos da taxa de sobrevivência, da esperança de vida, etc., mas não sabemos qual é a esperança de vida que tem um sâo-tomense. Necessário se torna dizer exactamente quanto tempo de vida mais ou menos de forma já estudada temos em São Tomé. A esperança de vida é uma variável muito importante.

Um terceiro ponto que eu queria comentar, Srs. Deputados, é a incrível indiferença com que os sâo-tomenses bem instalados tratam os seus semelhantes não tão bem instalados. Também torna-se inacreditável observar a inumana indiferença com que alguns condutores das viaturas de cargas pesadas têm tratado os seus conterrâneos. Não dão nenhum valor a pessoas que vêm com viaturas mais pequenas, para poder, de alguma forma, criar uma situação um pouco mais cómoda. Os carros pesados entram e saem conforme entendem e isso cria situações que, não sei, não digo de matança, mas pode chegar a isso. As pessoas que não têm condições muitas vezes nas nossas estradas não podem conduzir. De facto torna-se as vezes inacreditável observar a inumana indiferença e risco com que alguns condutores das viaturas e cargas tratam aos seus conterrâneos.

Tenham, por favor, paciência com senhores que não têm viaturas pesadas para que possam circular e possam fazer o seu trabalho em condições minimamente saudáveis. Neste sentido, em todo o caso, devia-se colocar em muitas zonas lombas, para evitar acidentes que temos estado a evitar só porque Deus é pai.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado por esta grande reflexão e espero que algumas delas possam, caso assim entenda, ser traduzidas em propostas concretas aquando da discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cipriano Sousa.

O Sr. Cipriano Sousa (PCD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de felicitar este Governo pelo esforço que tem feito para levar a cabo políticas que vão ao encontro das aspirações desta Nação sâo-tomense.

Na qualidade de Deputado da zona Norte do País, mais concretamente Distrito de Lembá, e em nome deste povo já bastante desfavorecido, venho chamar atenção ao Governo no sentido de dar uma especial atenção às obras de reabilitação da estrada que liga todo o Distrito de Lembá à capital do País. Algumas delas e alguns arruamentos dentro do distrito e particularmente no Bairro Água Tomá estão bastante degradados já há longos anos.

Devo alertar também ao Governo que o Distrito de Lembá foi beneficiado com uma viatura de bombeiro, mas até hoje não foram criadas condições para a instalação e operacionalidade deste mesmo serviço de grande importância. Daí a minha preocupação nesta Casa Parlamentar é que o Governo possa tomar boa nota deste assunto com vista a resolvê-lo.

Sr. Primeiro-Ministro, na qualidade de ministro responsável pela comunicação social, devo dizê-lo que a população do Distrito de Lembá ainda continua a não ter acesso à emissão da RTP África, sobretudo nos segundos períodos do dia, o que é muito grave para o mundo globalizado de hoje, constituindo assim a violação de um dos direitos fundamentais deste povo.

Quero também dizer ao Sr. Ministro de Agricultura e Pesca que o futuro de Distrito de Lembá e a sua população está nas suas mãos. Uma vez que esse povo vive e sobrevive essencialmente de agricultura e pesca, eu lhe peço para fazer tudo que estiver ao seu alcance para melhorar a vida deste povo, ou seja, destes agricultores e pescadores do Distrito de Lembá.

Estas são as considerações que trago a esta Casa Parlamentar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — A minha intervenção vai em dois sentidos.

Primeiro quero felicitar o Governo por este Orçamento que considero um orçamento possível. Pessoalmente quero dizer que é um bom Orçamento. Este não é um orçamento do cidadão, considero um orçamento para o cidadão.

Se felicito o Governo é porque vejo uma das boas medidas que este Governo tomou que é de aumentar as verbas dos órgãos do poder local e da Região Autónoma do Príncipe. Isto é uma boa medida. Cito aqui um exemplo, falo do meu Distrito, que é Lembá, que saiu de uma despesa de capital de 5 mil milhões para cerca de 13 mil milhões. É uma medida muito importante. Agora, o que queremos efectivamente é que o Governo crie condições, para que a nível do poder local haja um seguimento da aplicação desses recursos, porque é o poder local que tem a responsabilidade da ligação directa entre

as comunidades e a população. Ao contrário do que disse aqui o meu colega, que também vem de Lembá, e é só para o ajudar em relação à estrada de Água Tomá, está no OGE e está com uma verba de cerca de dois mil milhões e seiscentas mil dobras. Está contemplado essa verba para reabilitação e também no Orçamento se fala de pistas rurais, está num carácter mais geral, mas também o Governo contempla a verba para pistas rural.

Um segundo motivo que me faz felicitar o Governo é que inscreveu neste Orçamento a reabilitação de duas grandes infra-estruturas que dá visibilidade ao nosso Distrito, que é o Comando da Polícia e o Tribunal. Por isso, em meu nome e em nome do Distrito gostaria de felicitar o Governo por englobar a verba para essas duas grandes obras.

Sr. Primeiro-Ministro, nas Grandes Opções do Plano, na página 24, é feito referência a um ponto, 4.2.7.1, que é o capítulo da energia, que fala da extensão da rede de distribuição das cidades e vilas. Eu não vejo verbas no Orçamento para isso. Não sei quais são as comunidades que vão ser contempladas, mas aproveito desde já para dizer que temos duas comunidades no Distrito de Lembá que ainda não têm a energia alimentada pela rede da EMAE, que é a comunidade de Diogo Vaz e toda Santa Catarina. Por isso, gostava que me desse esclarecimento. Salvo erro, na parte do Ministério da Educação fala-se de painéis solares e não sei se isso abrange essas comunidades ou se é só para escolas. É esse tipo de esclarecimento que eu gostava de obter do Governo.

O outro ponto, que também o meu colega levantou aqui tem a ver com a estrada que liga Neves a Santa Catarina. Há uma verba de cerca de 4,8 mil milhões Orçamento e não sei se é para reabilitação ou só para tapagem de buracos de Neves a Santa Catarina. Por isso é que gostava de um esclarecimento para melhor análise.

São estas as minhas preocupações de momento.

O Sr. Presidente: — Eu comprehendo que muitas vezes os Srs. Deputados têm urgência em ver algumas questões devidamente esclarecidas, mas gostaria de pedir aos Srs. Ministros que reservassem algumas explicações detalhadas para o momento da discussão na especialidade.

Tendo terminado as inscrições dos Srs. Deputados, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer o uso da palavra ou indicar os Ministros para darem os respectivos esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa): — Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, faço uso da palavra no sentido de responder a algumas questões que foram colocadas aqui legitimamente pelos Srs. Deputados, mas gostaria de aproveitar o ensejo para começar pela questão suscitada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano e que se prende com uma matéria que vem espelha da no OGE para o ano económico 2013, relativa à implementação das carreiras particularmente no sector da Saúde que, para a minha surpresa, estará em greve.

É meu dever e é dever deste Governo dizer aos representantes da Nação que, face à iminência de uma greve no sector da Saúde, o Governo desencadeou todo um conjunto de operação no sentido de poder negociar com os representantes dos sindicatos do sector da Saúde de forma que evitasse a paralisação dos trabalhos, o que sem dúvidas traria consequências desagradáveis para os utentes, para o cidadão que procuram os serviços de Saúde. Nós dissemos que com a saúde e com a vida das pessoas não faríamos política e que estaríamos atentos às preocupações do cidadão.

Dissemos aqui aos Srs. Deputados que desde que assumimos as rédeas da governação demos passos no sentido de fazer com que houvesse medicamentos no hospital; fizemos vários contactos, como dissemos aqui, há encomendas de medicamentos e mesmo não tendo o Orçamento nós conseguimos uma verba de 100 000 dólares e pedimos ao parceiro Vale Flor para que procedesse a importação de medicamentos, o mais urgente, para o País; reunimos diversas vezes com os médicos mais experimentados do País para conhecer a situação real do sector; mandamos vir oxigénio, que não havia, e, na senda do diálogo, nós e os elementos que compõem o Conselho de Concertação Nacional que me desmintam se não discutimos com os representantes dos sindicados e com os representantes do Patronato, no Conselho de Concertação Social, o Orçamento para 2013; se não projectámos, através do retroprojector, no dia do encontro, a situação que estava contemplada neste Orçamento de 2013. Antes de o entregarmos à Assembleia Nacional, nós ouvimos as declarações que foram feitas.

Nós estamos interessados no diálogo e dissemos, na tomada de posse do Governo, que elegeríamos o diálogo como a nossa principal forma de governar. Temos praticado o diálogo!

Durante o fim-de-semana último, reunimos com os representantes do Sindicato da Saúde, uma reunião pacífica, Srs. Deputados, porque não há divergência nenhuma entre aquilo que os senhores servidores da Saúde reclamam e o entendimento do Governo sobre o bem fundado da reclamação que fazem. Em momento nenhum! A única coisa que o Governo diz é que tudo isto tem que estar em harmonia com as capacidades reais do País.

Se me permitem eu farei a leitura da acta da reunião havida no sábado, dia 9 de Março, com os sindicatos que representam os trabalhadores da Saúde, médicos, enfermeiros e técnicos.

«Aos nove dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, realizou-se na sala de reuniões no Gabinete do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, pelas dezasseis horas, um encontro de trabalho presidido por Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, na presença do Sr. Ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais e do Plano e Finanças. Participaram ainda no referido encontro, os Srs. Dr. Geral do Hospital Central Ayres Menezes, Dr. do Orçamento, a Sra. Directora Administrativa e Financeira do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, Sr. Assessor Jurídico-administrativo do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais. Da parte dos representantes sindicais do sector da Saúde, estiveram presentes os representantes dos médicos, técnicos da Saúde, enfermeiros e parteiras e dos serviços gerais.

A agenda dos trabalhos versou sobre os pontos seguintes:

- a) As problemáticas de implementação das carreiras dos profissionais da Saúde;
- b) Enquadramento do pessoal afecto aos serviços gerais;
- c) Discussão sobre o salário de base.

O encontro começou com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, que fez uma abordagem da situação económica e social do país, realçando as dificuldades orçamentais inerentes à implementação das carreiras na sua totalidade, ficando assente a sua implementação de forma gradual.

No entanto, o Chefe do Governo manifestou a inteira disponibilidade do Governo para, no quadro do diálogo e da concertação, encontrar respostas às preocupações legítimas dos profissionais de Saúde no âmbito das disponibilidades orçamentais existentes.

Por seu turno, o Sr. Ministro do Plano e Finanças esclareceu aos presentes que a questão relativa às carreiras consta no OGE para o exercício económico de 2013, mormente na página 29 do penúltimo parágrafo do referido documento, tendo no entanto ficado acordado o aditamento seguinte às GOP, implementação de forma faseada das carreiras dos profissionais da Saúde.

O Sr. Ministro enfatizou a questão de enquadramento pessoal afecto aos serviços gerais. É um problema que aflige todos os serviços da administração central do Estado.

Chamados a se pronunciar sobre a matéria em discussão, os representantes sindicais lamentam o facto de não terem sido convocados para discutir a questão do salário de base e a implementação das suas carreiras. Como forma de ultrapassar o diferendo, ficou acordado entre as partes a constituição de uma comissão negocial, que deverá iniciar as negociações na próxima quarta-feira, dia 13 do corrente mês, com vista à resolução das reivindicações apresentadas pelos representantes sindicais dos profissionais de Saúde, nomeadamente:

- a) Conclusão dos dados estatísticos de cada um dos profissionais de cada classe;
- b) Implementação das carreiras com base na designação de cada categoria, com necessária promoção, permitindo distinguir o profissional em função do tempo de serviço;
- c) Negociar o valor do salário para cada classe na perspectiva da sua implementação gradual.

Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, quando eram dezanove horas e vinte minutos.

Para constar, lavrou-se a acta que, depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada».

E assinaram todos os senhores representantes sindicais, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e os de mais presentes que participaram na negociação.

Sras. e Srs. Deputados, digam-me em quê o Governo não anuiu, não negociou, não deu satisfação às reivindicações socioprofissionais da classe da Saúde? Mais, Srs. Deputados, ontem à noite, ao ter tomado conhecimento...

O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que nos lêsse os nomes das pessoas que assinaram a acta.

O Sr. Gabriel Costa: — Vou ler. É que estes nomes vêm num segundo documento.

Como dizia eu, isso passou-se num sábado com os senhores líderes sindicais do Sector da Saúde, o acordo que nós chegamos.

Por uma questão de querer sempre discutir e resolver esse problema, eu pedi que houvesse uma reunião ontem domingo, às 10 horas, com as centrais sindicais. Essa reunião teve lugar num clima de cordialidade, onde todas as questões que foram ditas foram resolvidas. Todas as questões e demos conhecimento às centrais sindicais do acordo que tínhamos alcançado e o que nos foi dito no sábado à noite é que os responsáveis sindicais tinham que voltar à base para poderem dar notícias aos seus representados dos compromissos assumidos pelo Governo, de forma a poderem decidir se iriam ou não avançar com a greve. Portanto, como exercício contínuo, reunimos com a central sindical e tudo ficou esclarecido, relativamente aos equívocos, aos problemas da comunicação. À noite, fizeram-nos saber que os sindicatos queriam que houvesse um despacho com o nome das pessoas que participariam nas negociações previstas para a quarta-feira. Eu disse que sem o Orçamento não posso implementar nada. Eu preciso do Orçamento para implementar aquilo que eu submeti à aprovação soberana da Assembleia.

Disseram-me que queriam um despacho. Em concertação com o Sr. Ministro da Saúde e das Finanças, feze-se o despacho que hoje de manhã foi entregue aos senhores líderes sindicais, que é o despacho conjunto n.º 28 do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, 2013: «Atendendo que no encontro do trabalho entre os sindicatos dos profissionais da Saúde e o Governo, realizado no dia 9 de Março do corrente ano, acordou-se em criar uma comissão negocial para retomar as negociações na próxima quarta-feira, dia 13 do mês em curso;

Nestes termos, ao abrigo da alínea g) da Constituição da República, o Ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais e o Ministro do Plano e Finanças determinam o seguinte:

Artigo 1.º.

É criada uma comissão negocial com a seguinte composição: Dr. Genésio Mata, Director do Orçamento, Dra. Neusa Costa Lima, Directora Administrativa e Financeira do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, Dr. Wagner Fernandes, Chefe do Departamento da Direcção do Orçamento, Dra. Benvinda Vera Cruz e Dra. Lagchar Barreto, do Sindicato dos Médicos, Enf.º Joaquim Taraveira e Luís Neto, Sindicatos dos Enfermeiros e Parteiros, Técnico do laboratório, Ramom dos Prazeres e Ataíde Baia da SINETESE, a Sra. Ana Maria e o Sr. Manuel Francisco da SINERCEGE»

Foi com estes responsáveis sindicais que rubricamos a acta que prevê a materialização do acordo a que chegámos.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer-vos que ao ouvir a RDP África esta manhã, e volto a esta questão, porque acho que é uma coisa que tem que ficar claro. Eu não posso aceitar que tenha eu feito uma declaração, no dia em que tivemos uma reunião à porta fechada, no Hospital, em que o correspondente da RDP África introduziu um gravador no interior da reunião que presidi, sem o meu consentimento, e tivesse feito a gravação toda da reunião, que ele tenha a falta de ética profissional de utilizar a minha voz, as declarações que fiz num determinado contexto, para depois anunciar a greve e dizer que essa foi a reacção do Primeiro-Ministro à greve. Isso no mínimo é um crime! Em que país estamos? Eu não reagi à greve. Srs. Deputados, é de mais! É inaceitável, é obsceno! Isto viola todas as regras da ética profissional.

Isto é exactamente para incitar as pessoas à greve. Há uma incitação. O que fez o Sr. Óscar Medeiros foi incitar, truncando uma informação, utilizando-a abusivamente, porque eu não fiz nenhuma declaração à greve, mas sim tentei negociar e alcancei um acordo. Não fiz a publicidade do acordo, porque estou de boa fé e a buscar incessantemente a forma de se resolver um problema que aflige as pessoas, para evitar que haja conflitos. Não se pode aceitar que ele pegue nas minhas palavras proferidas numa reunião privada anteriormente, para dizer que é a minha resposta à questão da greve. Isso é completamente inadmissível e criminoso.

Sras. e Srs. Deputados, não tenho dúvidas, isto é que eu chamo de desestabilização do Governo. Não é a reivindicação legítima das pessoas. Eu fui ao Hospital no Sábado, não sou arrogante, eu falei com as pessoas. Eu ouvi as pessoas informalmente e nem fui para desmobilizar a greve, as pessoas que o digam. As pessoas têm o direito de fazer greve, têm direito de manifestar, porque estamos num país livre. Eu como governante, como responsável pela governação do País, tenho que encontrar soluções aos problemas, mas de uma forma aceitável. E falei a linguagem da verdade às pessoas.

Eu lhes disse exactamente o que o País tem e como é que podemos fazer tudo isso, mas que o que diziam não era verdade, desde as condições de trabalho até à falta de medicamentos. Portanto, foi feito tudo para se evitar que houvesse a paralisação do trabalho ao nível do sector da Saúde.

Neste momento, falo-vos, Srs. Deputados, eu gostaria de poder voltar a dizer aos servidores da Saúde, os senhores médicos, técnicos de laboratórios e trabalhadores, que tudo continuarei a fazer para que a situação melhore ao nível dos sectores. Peço que estejamos todos atentos a essa investida de desestabilização do País por indivíduos não são sindicalistas, mas aqueles que querem tirar proveito político, porque como é que eu posso chegar ao nível desse acordo e as pessoas fazerem toda a montagem para provocar e para incitar à greve? Estejamos vigilantes e não saímos do caminho que deve ser o nosso, para vencermos as dificuldades, porque o que estamos a ver é um propósito de cria embaraços, para que o Governo não consiga governar, mas nós vamos continuar o nosso trabalho.

Eu quero dizer aos Sr. Deputados que se exprimiram aqui sobre várias questões que nos interessam, que interessam o cidadão no seu dia-a-dia, o problema de água e de energia. Nós estamos atentos, sabemos que há corte de energia, sabemos que há sítios onde a energia não chega. Depois da aprovação deste orçamento vamos agir no sentido de poder, paulatinamente, debelar os problemas que mais afligem as nossas populações. É verdade que tomamos boa nota.

Quando estivemos a apresentar as coisas na especialidade, vamos dar respostas mais precisas aos Srs. Deputados. Vamos passar em revista as preocupações que foram levantadas aqui. Agradecemos os Srs. Deputados que manifestaram o seu regozijo por verem inserido neste Orçamento medidas que vão no sentido de poder resolver os problemas que os distritos têm.

Nós adoptamos, desde o início, a postura de que o primeiro patamar da democracia é exactamente os distritos e a Região Autónoma. Nós queremos, de facto, transferir as competências para que a gestão dos interesses específicos das colectividades territoriais, aos níveis dos distritos, ao nível da Região Autónoma do Príncipe, elas próprias possam tomar em mão a gestão dos interesses específicos da colectividade. Isso

não se faz só com palavras, isso faz-se com acção. Numa primeira fase, vamos promover seminários, acções de formação para que gradualmente, sobretudo no que diz respeito a gestão financeira, os alvarás, aliás já começamos, serão emitidos para as quitandas e os pequenos negócios directamente ao nível dos distritos. Isso é forma de se transferir e vamos também fazer isso ao nível dos diferentes serviços, para que tenhamos efectivamente câmaras distritais com capacidades para resolver os problemas do cidadão.

Há uma preocupação evidente relativamente à estrada do Norte do País, que é a maior zona industrial. Sabemos que é uma estrada que é muito utilizada e sabemos que há uma preocupação, porque há uma erosão costeira evidente.

Nós temos problemas muito profundos que temos que resolver, não podemos perder tempo e não nos deixamos distrair, relativamente àquilo que queremos fazer, para mostrar que é possível governar São Tomé e Príncipe com pragmatismo; é possível governar o Príncipe sem vender ilusão; é possível governar São Tomé e Príncipe, sobretudo para os sãotomenses voltados exclusivamente para os interesses de São Tomé e Príncipe.

E vamos fazê-lo! Pedimos ao povo paciência e que continue fazendo confiança neste Governo, que é um governo de missão, que tem um período curto e que não está muito tempo. Temos a plena consciência de que o povo sabe que o tempo de que dispomos não é suficiente para resolvê-los.

Srs. Deputados, passaremos a palavra aos Srs. Ministros, na ordem das intervenções que foram feitas aqui, consoante as suas pastas, para darem os esclarecimentos necessários.

O Sr. Presidente: — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que é também nossa preocupação que o diálogo passa constituir o elemento central da gestão política no nosso país, de forma que possamos ultrapassar as várias dificuldades e barreiras existentes, visando acima de tudo a satisfação colectiva das necessidades do nosso povo.

Sr. Primeiro-Ministro, relativamente a algumas questões a que Vossa Excelência fez referência, quero recordar-lhe que existem, no nosso país, órgãos judiciais que têm competências jurisdicionais. Julgo que é chegado o momento de o Governo poder agir no sentido de que os infractores passam responder pelos seus actos. Porém, deixe-me também dar-lhe a boa notícia de que nós instalámos, muito recentemente, o Conselho Superior de Imprensa, que é um órgão com competências muito claras e que deve agir de forma que os órgãos de comunicação social pautem por um respeito àquilo que são as suas linhas editoriais. É verdade que temos um problema relativamente à RDP África e RTP África, porque não são órgãos da comunicação social nacional. Porém, está balizada a acção desses órgãos no nosso país por acordos assinados entre os dois países. Nesse sentido, julgo que o Governo deve também utilizar este canal que nós instituímos, muito recentemente, que é o Conselho Superior de Imprensa, para que esse órgão possa agir também sobre os eventuais desvios desses órgãos de comunicação social.

Relativamente aos cidadãos que agem no sentido de provocar distúrbios, aconselho-o a agir no sentido de fazer com que os órgãos judiciais e jurisdicionais possam agir em conformidade.

É verdade que algumas questões que foram aqui colocadas terão maior cabimento na discussão na especialidade. Todavia, deixo liberdade aos Srs. Ministros, caso queiram fazer algum aditamento ou algum esclarecimento para as questões que aqui foram colocadas. Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Ministros tomarão assim a palavra, se se tornar necessário.

Não sendo o caso, gostaria de saber da parte das Sras. e Srs. Deputados se há mais questões a serem colocadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD): — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, permitam-me, antes de tudo, saudar a todos e manifestar a minha satisfação pelo facto de hoje estarmos a chegar ao fim do debate na generalidade deste OGE.

Este OGE ora apresentado é um orçamento com perspectiva, um orçamento de rigor, que demonstra poder ser um orçamento de transparência, que realmente vem vender sonhos ao povo sãotomense, criar expectativas e esperança, tendo em conta que a esperança é uma coisa que já desapareceu na nossa vida. Porém, hoje estamos cá para discutir um instrumento importante para resolver o problema da vida do povo sãotomense, para que realmente possa vislumbrar o desenvolvimento deste país.

Este Governo que acaba de apresentar este Orçamento tem apenas dois meses a dias de vida. Todavia, o Governo conseguiu, neste período, enquadrar tudo quanto é considerado a necessidade que o povo tem de imediato.

Nós estamos perante dois orçamentos: um que é dito orçamento do cidadão, um orçamento volumoso, requintado, mas que para além de papéis pouco ou nada trás para resolver o problema deste povo, tem mais papéis, e perante um outro orçamento pequeno, mas feito com cuidado, pensando nas pessoas, um orçamento que dá esperança.

No OGE volumoso, o governo anterior contemplou 2.750 bilhões de dobras para fazer face à necessidade da população e neste mais pequeno o Governo actual colocou 2.977 bilhões, portanto, aumentou o valor, visando atender às necessidades reais do povo sãotomense. Eu gostaria de saber qual

desses dois orçamentos se pode considerar efectivamente o orçamento de cidadão. Este orçamento volumoso levou o governo a percorrer todos os distritos do País, vendendo mentiras às pessoas, dizendo que ia resolver o problema dos cidadãos, nas comunidades e nos distritos, mas se formos ver, dos problemas todos encontrados nos distritos apresentam um valor para resolver os problemas das pessoas, como estes que vou acabar de citar: para o Distrito de Cantagalo, o governo anterior colocou 9 mil milhões de dobras e este Governo colocou 20 mil milhões de dobras, no OGE; no Distrito de Cauê, o Governo anterior colocou 9 mil milhões de dobras e este Governo colocou 17 mil milhões de dobras; no Distrito de Lembá, o governo anterior colocou 8 mil milhões de dobras e este Governo colocou 17 mil milhões de dobras; no Distrito de Lobata, o governo anterior colocou 9 mil milhões de dobras e este colocou 19 mil milhões de dobras; no Distrito de Mé-Zóchi, o governo anterior colocou 16 mil milhões de dobras e este colocou 21 mil milhões de dobras; na Região Autónoma do Príncipe, o governo anterior colocou 105 mil milhões de dobras e este Governo colocou 189 mil milhões de dobras. Ora, o critério para a distribuição dessas verbas pelos Distritos eu não quero discutir, mas o certo é que o que me alegra é que é um orçamento feito a pensar no povo e na realidade de São Tomé e Príncipe. Daí que eu gostaria, muito sinceramente, de felicitar o Governo por este orçamento que nos apresenta aqui.

Sinto-me muito triste, porque é pela primeira vez na história da nossa democracia que um orçamento é discutido na Assembleia Nacional sem que a oposição tome parte para defender o interesse do povo. É aqui e é neste momento que o ADI deveria vir dizer ao Governo o que tem que fazer, que verba deve ser alocada para essa ou aquela acção, se tem que aumentar ou diminuir o orçamento, que tipo de mudança tem que fazer, se for necessário despir o Orçamento e refazê-lo. É assim que fazemos em democracia e é assim que sempre fizemos.

Aplausos.

Não estão aqui os Deputados do ADI, quando são chamados para tomar parte dos debates. Se estão no governo fogem e se estão na oposição não aparecem. São esses os Deputados que o povo deu voto para vir à Assembleia defender os seus interesses? É com esses comportamentos que nós defendemos os interesses do povo que nos elegeu? Para que serve esse mandato? Não devemos deixar as coisas acontecer, temos que estar no lugar certo e antecipar as coisas, para que elas não aconteçam. É aqui que os Srs. Deputados deviam estar, para defender os problemas da Saúde, da Educação, da Agricultura e Desenvolvimento Rural e todo o problema que enferma o povo de São Tomé e Príncipe. É aqui neste lugar e não lá fora, com sabotagens, ameaças e desordem.

Nós queremos apelar aos Srs. Deputados do ADI que mudem de posição, porque este país é de todos nós. Não são só aqueles que defendem a posição do Governo que têm que estar aqui para debater com o Governo coisas que talvez poderão passar por nós despercebidas, mas que se a oposição estivesse aqui deveria alertar que a zona tal precisa de energia, zona tal precisa de mais estações, que os pescadores precisam de materiais, os agricultores querem equipamentos para trabalhar. É aqui que os Deputados do ADI deveriam estar, como sempre fizemos e sempre faremos, enquanto Deputados do povo.

Este Orçamento alegra-nos, Sr. Primeiro-Ministro, porque é um orçamento que preconiza criar trabalhos. Nós queremos que seja criado mais trabalhos em São Tomé e Príncipe, postos de empregos, bons empregos e bem pagos, porque a família são-tomense vive do rendimento dos seus trabalhos. É por isso que ao analisar este Orçamento, quero sentir-me satisfeito, porque dá resposta às nossas preocupações. É preocupação do Governo tratar da matéria da reforma da Justiça. Eu acho que não é sem tempo, mesmo que tenhamos que levar a cabo uma revisão constitucional para que a Justiça possa mudar e resolver os interesses das pessoas. Se olharmos para o nosso país, o número de quadros formados na área da Justiça é superior a qualquer outra área de actividades no nosso país. Por esta razão, acho que a Justiça tem que começar a funcionar como deve ser. É evidente que para funcionar requer meios, infra-estruturas adequadas para que as pessoas possam realmente prestar o seu trabalho. São estes apelos que fazemos ao Governo para que essas condições possam ser criadas de forma que a Justiça possa ser bem ditada.

Em suma, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, na especialidade iremos, como sempre fazemos, quer seja orçamento do governo que suportamos, quer seja orçamento da oposição, vamos fazer o nosso exercício, de forma que as verbas contidas neste Orçamento sejam devidamente distribuídas e possam realmente atingir os objectivos esperados.

O combate a droga, Sr. Primeiro-Ministro, tem que constituir realmente uma acção deste governo. Não se pode dar tréguas a quem pratica esses actos. O Governo do ADI trocou a segurança alimentar pelo alimento droga. Hoje a nossa juventude, a grande maioria, está a preferir drogas a alimentos, porque ao ingerirem drogas não estarão capacitados a pensar, vivem na lua, não pensam no futuro. E é assim que querem transformar o povo são-tomense, não pensar no futuro, vivermos todos na lua, sem nos preocuparmos com o dia de amanhã, mas isto tem que parar. Se queremos uma sociedade saudável, onde os homens e mulheres pensem no desenvolvimento do País, no futuro desta nossa terra, temos que eliminar a droga, mas para eliminar a droga temos que eliminar a fonte dela. Antes mesmo de falarmos da fonte da droga, os senhores do ADI vieram dizer que o Governo quer colocar drogas em casa dos seus dirigentes para depois ir apanhar. Sr. Primeiro-Ministro, a droga está lá. Os ex-dirigentes do ADI têm muita droga em

suas casas. Não só incentivam o consumo, como também consomem. Não se pode admitir que gente lúcida, gente com conhecimentos, saia à rua para fazer coisas animalescas. Só pode ser resultado da droga. Por essa razão, há que se tomar como muito séria essa questão de combate a droga.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de falar da greve nos centros de Saúde. A este respeito, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que temos que aprender a antecipar os acontecimentos. Não importa de onde vem, não importa quem esteja atrás, não importa a sua intenção. Temos que saber antecipar, tomar medidas necessárias, no momento necessário, para pôr cobro à situação. Para isso, Sr. Primeiro-Ministro, o dialogo acima de tudo. Quando está em causa o problema do País, temos que dialogar mesmo com os nossos inimigos, para podermos resolver o problema que enferma o País. Daí que eu gostaria de pedir ao Sr. Primeiro-Ministro, muito encarecidamente, que encarasse esse problema com seriedade, sei que está encarando, mas com mais seriedade ainda e que o diálogo prevaleça. Conheço-o como um homem dialogante, mas quero fazer-lhe recordar que o governo de Patrice Trovoada pecou, porque não dialogava com os partidos políticos. O senhor, por mais que dialogue com os partidos políticos, se não dialogar com os sindicatos, também vai pecar. Diálogo com todos! Diálogo com os sindicatos, com os partidos políticos, com os Deputados. Isso terá que ser a doutrina fundamental que terá que seguir e terá que ser abrangente para todos os membros do seu Governo. Se assim for, poderá contar com toda a nossa colaboração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Adelino Pires Neto, para uma intervenção.

O Sr. **Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, muito sinceramente, quando eu o ouvi falar sobre os sacrifícios que fez junto ao Sindicato da Saúde e que hoje estamos a ouvir que o hospital está em greve, não me admiro, porque sabemos de concreto o que está por detrás da greve. Se fizermos um apanhado, isso está bem claro: um senhor que foi coordenador da Televisão e que foi expulso não está contente...

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, Sr. Deputado, recebemos uma informação de que a Rádio não está a passar em directo, peço aos serviços para verificarem e peço-lhe que aguarde só uns minutos.

Pausa.

Pode retomar, Sr. Deputado.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Obrigado Sr. Presidente.

Como eu vinha dizendo, nós sabemos que tudo neste país é possível e não podemos admirar certas coisas.

Sabemos que um senhor que foi dito coordenador ou director da Televisão, que foi expulso, não podia estar contente; uma ex-ministra da Saúde que, por sua malcriadez e indisciplina, foi expulsa também, não podia estar contente, e mais elementos que hoje estão fora da Saúde, sabemos, de certeza, que estão a tentar desestabilizar as coisas.

O que me pergunto é se essas pessoas que fazem parte da greve são mães ou pais de família, porque quando uma criança diz: «mamã, papá, traz pão para mim quando voltar», a criança só deve chorar quando o pai ou a mãe voltar e não trouxer o pão. Agora, se o pai ainda nem voltou, como é que a criança já está a chorar? O que eu quero dizer com isso é que se nós – digo nós, porque eu também estou dentro –, entramos no Governo há aproximadamente 3 meses, não temos ainda o Orçamento aprovado, que é o instrumento que usamos para responder às necessidades, como é possível que as pessoas pensem em fazer uma greve contra este Governo? Meus senhores, não é preciso pensar muito. Sabemos o porquê da greve.

Sr. Primeiro-Ministro, trago-lhe uma mensagem. Este fim-de-semana andei um bocado e avistei-me com um elemento do Príncipe que conversou comigo e pediu-me para lhe dizer, porque ele não tem possibilidade, que o senhor nasceu na ilha do Príncipe, eu nem sabia, e estudou em São Tomé, quer dizer que o senhor tem Santo António do Príncipe de um lado e São Tomé Poderoso do outro, e tem o Bom Despacho para todos aqueles que vêm por mal. O senhor está seguro e está no bom caminho e que continue nele. É esta a mensagem de alguém do Príncipe para o senhor.

Não quero falar muito sobre o Orçamento porque já o conheço, mas tenho que falar claramente. Meus senhores e minhas senhoras, sei que ninguém vai se aborrecer comigo, fiquei um pouco satisfeita por ver o que os senhores introduziram uma verba no Orçamento para a Câmara do Distrito de Mé-Zóchi. Mesmo sendo o Presidente da Câmara do ADI, eu não estou a ver o partido, mas sim a pessoa, o trabalho que está a fazer no distrito. E se pudermos apoiar todos os Presidentes das Câmaras que têm capacidade de trabalhar para os distritos, façamo-lo, porque amanhã os presidentes das Câmaras saem, mas os distritos ficam, e bonitos. Por isso, eu apoio o Presidente da Câmara em tudo o que eu puder fazer, aliás, confesso-vos que em todas as actividades de Mé-Zóchi sou convidado como Deputado do Distrito, mas não pertenço ao ADI. Muitas vezes nem vou porque não gosto de ficar ao lado de pessoas com as quais não me sinto

bem, mas sou convidado. Portanto, para mim está em primeiro lugar o Distrito e gostaria que quando a verba começar a sair, o primeiro pedaço fosse para Mé-Zóchi. Eu gosto de «puxar a brasa para a minha sardinha».

Risos.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi o senhor dizer que assim que tivesse instrumento iria tentar pôr água em todo o lado deste país. Se o senhor puder fazê-lo, que Deus o ajude, mas vou pedir-lhe já, o senhor ou o seu mandatário, qualquer um dos elementos do Governo que for lá inaugurar a água, quando abrir o chafariz, que seja o primeiro a beber e depois a população, para não nos fazer lembrar a inauguração da famosa água de Riba Mato, que quem foi lá inaugurar parou à distância quando era para provar, porque ele já desconfiava que a água não era boa.

Risos.

Na nossa língua mãe costuma-se dizer «*tlassá sá nada, passu butá*».

Estou muito satisfeito, Sr. Primeiro-Ministro, porque talvez se a oposição cá estivesse, estaria a dar-nos mais trabalho. Se decidiram fugir, muito melhor! É só bater para avançar. Mas eu tenho uma coisa, sou de uma família, gosto muito e vivo junto dela e quando uma família sai de casa e diz: «irmão, pai ou tio, vou passear e volto logo ou amanhã», eu fico atento à espera até que ela volte para casa. Este não é um hábito apenas meu, é hábito dos são-tomenses. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, aproveito, já que estou neste palco, — porque não sei se vou voltar, só vou ficar à espera da votação — para lhe dizer uma coisa: tenho aqui este documento e posso dizer-vos à minha maneira que é o filho que ausentou-se de casa, mas com autorização, e aqui agora eu tenho dúvidas, eu vim dar na rádio porque eu não vi o meu filho, estou atrapalhado e vim dar na rádio para as pessoas de boa fé me ajudarem a encontrá-lo.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui duas verbas grandes que saíram do Fundo de Contrapartida para a compra do açúcar e do arroz, mas tenho dúvida até então, é só dúvida, e peço aos senhores para fazer um trabalho, porque estou preocupado com o meu filho e tenho que saber a resposta. Esse dinheiro saiu do Fundo de Contrapartida e até este momento não sei se ele terá ido para casa de outra família, em vez de ir para a minha casa. Poderia ter ido para a casa de um tio ou um primo, mas em casa de onde ele saiu ainda não entrou. E eu preciso ter, ...

Vozes: — Quanto, quanto?

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — ...pediu autorização desde 13 de Abril de 2011 e o montante aqui é de muitos milhões. Aqui fala-se de 7 mil milhões, quer dizer, eu até sinto medo de falar dessa quantia, ...

Risos.

...porque ao falar sinto-me mal. Para a compra do arroz também saíram 7 mil milhões. Está aqui o documento, está escrito e quem escreveu tem que assumir, mas até este momento, o dinheiro ainda não voltou, devia voltar à sede própria. Como ainda não entrou na sede própria, eu não sei se ele foi desviado. Não quero dizer que tenham sido desviados para casa de ninguém, não é isso, para amanhã não virem cá dizer que eu disse que alguém desviou dinheiro para sua casa, ele pode ser desviado para uma outra casa de família, que não seja a casa própria. Por isso, venho agora dar na Rádio e peço a quem o viu que diga onde está e pode me ajudar a fazê-lo voltar para casa. É dinheiro de uma família e eu pertenço a essa família. Era só isso.

Sr. Primeiro-Ministro, costuma-se dizer que quem tem medo compra um cão, mas para si nem me preocupo em arranjar-lhe um cão, porque eu sei que o senhor é homem corajoso, mas se houver algum Sr. Ministro aqui que tenha medo, compro-lhe um cão, porque temos que tomar medidas. Não podemos aceitar que elementos do povo, filhos desta terra provoquem instabilidade no País. Quero dizer-vos que se for de má fé, temos também que trabalhar de má fé. Eu sou católico. Ninguém vem dizer que vai tentar me agredir porque não sou JC. JC é que apanhou de um lado e ofereceu o outro. JC é Jesus Cristo.

Risos.

Eu não sou Jesus Cristo, sou pecador.

Todo aquele, seja da comunicação social, seja de qualquer outra coisa, que estiver a tentar prejudicar-nos, temos que tomar medidas. Mesmo sem sermos agressivos, mas temos que tomar medidas. Fecha-se, dá-se comida, fala quem quiser falar, mas fica fechado e quando for solto, ficará mais quieto e já não se meterá a falar à-toa.

Muito obrigado, vou, mas volto.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, temos um último inscrito, o Sr. Deputado Francisco Rita. Tem a palavra.

O Sr. Francisco Rita (PCD): — Sr. Presidente, vou fazer uma breve intervenção apenas para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu elenco por que razão não houve nenhuma resposta em relação às questões que foram aqui levantadas. Se tudo isso é delegado à Comissão Especializada, há muita gente que não vai ter resposta a tudo aquilo que foi dito aqui, algumas das quais realmente têm um certo interesse.

O Sr. Primeiro-Ministro não disse nada, o seu elenco também não deu nenhuma resposta, não estou a pedir para todas as questões, porque são muitas. Queria, por favor, que me desse uma resposta mínima sobre aquilo que foi falado e penso que algumas pessoas aqui presentes também gostariam de ouvir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Francisco Rita, como sabe, as nossas sessões são públicas e ao nível da Conferência de Líderes tomamos também a decisão para que a discussão na especialidade seja publicitada. Desta forma, esperamos que aquando na discussão na especialidade a comunicação social esteja a acompanhar as nossas discussões.

Portanto, tendo terminado as inscrições, como manda o Regimento, o debate inicia e encerra com a declaração do Primeiro-Ministro. Porém, se os grupos parlamentares assim entenderem, poderão proferir também declarações. Daí que gostaria de saber se os Srs. Líderes Parlamentares têm intervenções a fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: O Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2013, que acabamos de analisar, têm subjacentes um conjunto de hipóteses sobre o comportamento de algumas variáveis macroeconómicas externas, as quais condicionam a evolução da economia sãotomense, no horizonte da sua projecção. Pese embora os condicionalismos já referidos e o contra ciclo com a situação de vida nestes 2 últimos anos, não se pode dizer que este seja um orçamento recessivo, já que ele apresenta um aumento significativo relativamente ao orçamento do ano anterior.

É, antes disso, um orçamento de muita responsabilidade e rigor, tendo em consideração a conjuntura económica do País, porém, sem prejuízo das políticas sociais nele traçadas, numa clara estratégia de combate à pobreza rumo ao desenvolvimento. A sua implementação deve primar pelo equilíbrio macroeconómico, não optando por pôr em causa a sustentabilidade orçamental, no seu conjunto, condição absolutamente necessária para o êxito que todos almejamos, na resolução dos múltiplos problemas que o País enfrenta e para a credibilidade de São Tomé e Príncipe no contexto internacional.

O presente Orçamento contempla a promoção da cidadania, como factor da realização individual e colectiva, manifestação evidente e inequívoca de um governo que está efectivamente atento às evoluções das sociedades modernas.

Acresce ainda que estes instrumentos que acabamos de analisar permitem aprofundar o diálogo e a cooperação com a comunidade educativa, com os representantes legítimos dos profissionais da Saúde, os movimentos associativos, os parceiros e as instituições sociais, os agentes económicos e com todas as forças vivas nacionais, de modo geral, condição *sine qua non* para o fomento da necessidade e da coesão social e territorial, requisito essencial para a promoção do progresso cultural, social e económico do povo sãotomense.

Na nossa perspectiva, este Orçamento reflecte ainda os valores da solidariedade de um governo próximo das pessoas e das instituições, atento de forma muito particular aos sectores mais desfavorecidos e mais sensíveis da nossa sociedade. Ele reforça também o compromisso social com a população e procura minimizar os efeitos causados pelas políticas que o anterior executivo fez recair sobre elas, de forma cega e impiedosa, numa estratégia maléfica de empobrecimento das pessoas, de modo a torná-las dependentes de uma só pessoa, articulado a um sistema baseado na mais detestável arrogância e no desígnio de «posso, mando e faço», atitudes que contrariam em todos os sentidos as características culturais e políticas do povo sãotomense. Daí que este orçamento nos transmite alento e esperança na melhoria da qualidade de vida das nossas populações, porque se inspira em alguns documentos importantes, dentre os quais, a estratégia nacional de redução da pobreza, que foi objecto de um abrangente debate nacional com todos os sectores da nossa sociedade e com significativa contribuição dos nossos parceiros de cooperação e de desenvolvimento.

Para a concretização dessas aspirações, gostaria de aproveitar a oportunidade para apelar às populações a uma constante reflexão sobre a situação por que vem passando o País nos últimos tempos, de modo a assumir atitude responsável e patriótica que se exige de um povo que, em todas as circunstâncias da sua história, foi capaz de distinguir o bem do mal.

É preciso, para além disso, que nos mantenhamos todos calmos e serenos, porque o País e o Governo precisam de tranquilidade para implementar o Programa e executar com eficiência o orçamento que hoje iremos aprovar. Essa tranquilidade tem sido concedida a todos os governos, mesmo aqueles que se denominavam de iniciativa presidencial, o chamado período de graça, cem dias. O último teve um período

de graça de 2 anos e este Governo não teve sequer um dia de período de graça, tanto é que estamos perante uma situação anómala no sector da Saúde, que faz com que tenhamos que pensar efectivamente o que é que está por detrás destas atitudes.

Este alerta é extensivo a todos quantos dizem defender o povo pequeno, incitando-o a uma efectiva mudança de comportamento, porque o êxito que auguramos para o nosso povo não se compadece com o lançamento de boatos, calúnias, difamações e a mais descarada falta de respeito para com os mais altos dirigentes do Estado, numa perspectiva de descredibilizar o sistema político e o poder actualmente instalado, mesmo tendo eles a perfeita consciência de que tais acções apenas prejudicam o País e o seu povo.

Ao Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental a nossa chamada de atenção vai no sentido de tudo fazerem para melhor servir a Nação, colocando todo o vosso saber, a competência e a dedicação ao serviço deste povo. Tenham sempre como princípio ouvir a voz do povo trabalhador e de todos aqueles que efectivamente manifestam a boa vontade de colaborar com o Estado, a bem da nobre Nação são-tomense.

Sr. Primeiro-Ministro, após a aprovação, pela Assembleia Nacional, destes dois diplomas e a sua promulgação por Sua Excelência o Presidente da República, aconselhamos Vossa Excelência a eleger um novo lema de governação, tendo como princípios a conjugação dos verbos auscultar, analisar, decidir e implementar. Estes conselhos estendem-se a todas as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, que decidiram abraçar a verdadeira causa do povo são-tomense, os quais devem, por sua vez, eleger como instrumento para sua futura acção parlamentar a conjugação dos verbos trabalhar, colaborar, controlar e fiscalizar. Só assim estaremos, verdadeiramente, a satisfazer os compromissos que juramos assumir com o nosso povo.

Desejo a todos plenos sucessos.

Viva a democracia!

Viva São Tomé e Príncipe!

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra O Sr. Deputado José Viegas, Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: O equilíbrio macroeconómico, a coerência entre as GOP e o OGE são predominantes de realce neste Orçamento Geral do Estado. A potencialização da vertente externa é um factor de realce que tomamos como muito boa nota. A ênfase à melhoria da verba para os distritos e a Região Autónoma mostra o conhecimento deste Governo sobre a importância do poder local, no sentido de maiores meios que permitam que os interesses dos cidadãos sejam devidamente mais equacionados.

Este OGE dá uma atenção elevada à justiça, à educação e à saúde, vêm as carreiras profissionais atendidas, a luta contra a pobreza tem uma referência especial, digna de reconhecimento. O nosso Grupo Parlamentar está atento e reconhece esse esforço de substancial melhoria.

Através da voz autorizada de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e de alguns membros do Governo, tomámos conhecimento da amplitude da desgovernação a que o País esteve submetido durante mais de 2 anos pelo Sr. Patrice Trovoada. Contrariamente às proclamações triunfalistas de um poder que governava sem o conhecimento do País real e que esgotava a sua razão de ser na manutenção a todo custo de um controlo totalitário e anacrónico sobre a sociedade e os cidadãos. Tomámos conhecimento de uma gestão danosa da coisa pública, caracterizada pela improvisação, por actos obscuros, decisões ilegais e utilização predatória dos recursos públicos.

O autoproclamado «príncipe», vimo-lo completamente nu, despido de toda a sua arrogância e sem a protecção maligna de uma comunicação social submetida aos caprichos dos seus mandatários fiéis. Com o levantamento aturado da situação, após dois meses e tal, ficaram mais uma vez clarificadas as razões profundamente patrióticas que mobilizaram milhares de são-tomenses a libertarem-se do medo e depois agirem de maneira frontal e constitucional para pôr fim, aqui nesta Assembleia Nacional, a mais uma aventura totalitária e medieval que conduzia o País para o abismo.

Os factos revelados à Nação pelo Sr. Primeiro-Ministro Gabriel Costa devem levar esta Assembleia a tirar mais uma vez as ilações pertinentes quanto ao seu papel na defesa do sistema democrático e, nomeadamente, à conclusão inequívoca de que nenhum poder, por mais legitimidade que reclame, pode furtar-se aos mecanismos de fiscalização e controlo constitucionalmente previstos.

Em segundo lugar, devemos ficar cientes de que, em regime de liberdade, a vigilância dos cidadãos é um imperativo e ninguém pode beneficiar de períodos de graça tão extenso como se concedeu ao XIV Governo Constitucional.

Os actos graves denunciados revelam também a fragilidade das nossas instituições, nomeadamente na aplicação dos mecanismos previstos para a prestação de contas e de garantia de transparência dos actos de governação.

De maneira deliberada e sistemática, o Governo do Sr. Patrice Trovoada fugiu a prestação de contas, governou sem transparência, praticou actos ilegais, utilizou de maneira abusiva os recursos públicos e os resultados catastróficos só agora são conhecidos, alguns deles com consequências dificilmente reparáveis.

Nunca num regime democrático se levou tão longe a prática de actos de natureza de interesse pessoal, sobre a cobertura oficial do Estado, como o fez o Sr. ex-Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.

Nunca se utilizou tanto o nome do povo pequeno para atentar, de maneira tão gravosa, contra os interesses fundamentais deste mesmo povo.

Nunca houve tanta ostentação de riqueza, sem que da parte da sociedade se questionasse a origem da mesma.

Ficou claro também que quem não quer prestar contas quer esconder algo e não pode reclamar para si certificados de boa governação.

As denúncias de actos lesivos ao interesse nacional foram mais uma prova de que, em sociedades modernas de hoje, a verdade não pode ser escondida para sempre e que mais tarde ou mais cedo ela será conhecida, ou, dito de outro modo, «Chico esperto não consegue enganar toda a gente todo o tempo e para sempre».

O «príncipe» ficou nu e a máscara de democrata e bom gestor ficou enlameado por actos e atitudes, cuja extensão e consequência esperamos ver mais claramente quando as instituições com a responsabilidade de investigar assumirem o seu papel, sem estarem sujeitas à agenda de interesse e manipulação que marcaram a acção do Procurador-Geral da República cessante, verdadeiro serviçal, cumprindo funções alheias à missão fundamental, que é defender a legalidade e os interesses do Estado.

Infelizmente o País perdeu 2 anos com a cumplicidade vergonhosa de alguns que, cobardemente, se colocaram ao serviço de um projecto pessoal, ignoraram as suas origens e trajectórias pessoais até então dignas de respeito, enquanto outros oportunistamente e revelando carência de uma formação feita na rua venderam a sua alma ao diabo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, os factos revelados da governação anterior têm outra implicação e precisamos todos de trabalhar para evitar situações que levaram um indivíduo como Patrice Trovoada a tão altas responsabilidades. O caminho é um e apenas um: desenvolver o País; combater a pobreza; criar oportunidades para que os sãotomenses tomem conta do seu destino com dignidade; reconciliar os sãotomenses com a sua história e a sua cultura; fortalecer as instituições democráticas; aprimorar os mecanismos de prestação de contas; promover a transparéncia; melhorar o desempenho dos partidos políticos, enquanto agentes de mobilização do saber, de vontades, de inovação e criatividade, ao mesmo tempo que se abre espaços de participação para os cidadãos sem partido, isto é, promover uma cidadania activa e plena.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, esta Assembleia tem responsabilidades particulares neste caminho de transformação. Individual e colectivamente, temos de honrar e dignificar o mandato que nos é conferido, cumprindo integralmente a nossa missão.

Há pouco mais de 1 ano estivemos aqui a fazer um exercício semelhante. Esse exercício levou à aprovação do OGE de 2012, mas a sua execução desvalorizou todo o nosso esforço. O Governo anterior, pura e simplesmente, não respeitou a lei do OGE 2012 e isso tem que ter consequências.

O XIV Governo Constitucional do Sr. Patrice Trovoada não só executou o OGE, mas conseguiu a execução de coisas que nem sequer estavam nas GOP, lançou obras sem concurso público, o que trás, do nosso ponto de vista, uma complicação para este Governo actual.

A Lei dizia uma coisa e a implementação dizia outra, contrariando os artigos 16.º e 17.º da Lei 2/2012, estou a referir-me à Lei do OGE.

Várias rubricas foram atropeladas, devendo destacar-se, dentre outras, a rubrica sobre viagens, e prevaleceu o império do desrespeito à lei.

A violação da Lei de Licitação foi uma constante do Governo anterior e este Governo deve fazer diferente.

Sr. Primeiro-Ministro, não pode ser igual ao seu antecessor. Quando, por algum motivo, a lei já não se adeque às exigências, o caminho é propor ao Parlamento a alteração da mesma.

Não vendamos ilusões, trabalhemos mais e melhor para o bem da nossa Nação.

Muito obrigado».

Applausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, estamos caminhando para o encerramento do debate e, como determina o Regimento, convido Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro para o encerramento do Debate.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de agradecer aos senhores ilustres Deputados pela contribuição que deram na discussão deste importante instrumento, que é o OGE para o ano económico de 2013, onde vem espelhado o objectivo do reforço da consolidação das contas públicas, o que pressupõe a adopção de medidas e políticas que garantam a manutenção da estabilidade macroeconómica e, em particular, manter um défice primário em torno dos 10% do PIB. As medidas rigorosas irão, portanto, ser prosseguidas, com destaque para o controlo das despesas e para a melhoria da capacidade de arrecadação de receitas.

Portanto, o Governo submeteu à vossa douta apreciação um Orçamento avaliado em 157 milhões de dólares, o que representa um aumento na ordem de 34%, comparativamente ao orçamento anterior.

Srs. Deputados, durante essa discussão pudemos observar que o défice primário continuará a ser financiado com recurso ao apoio orçamental do banco mundial e a utilização dos fundos provenientes da conta nacional do petróleo.

Temos a plena consciência de que o financiamento do nosso Orçamento depende de recursos externos e esperamos obter cerca de 93,5% daquilo que constitui o programa público de investimento e 66,8% que será do

financiamento proveniente da ajuda externa, mormente donativos e empréstimos, na medida em que o País só é capaz de sustentar o Orçamento com recursos internos na ordem de 32,2%.

Portanto, os donativos constituem um elemento imprescindível na busca do equilíbrio orçamental, representando cerca de 55,49% das receitas efectivas. Isto quer dizer que teremos necessariamente que promover uma diplomacia económica muito intensa no sentido de conseguirmos mobilizar os fundos suficientes para impulsionar a economia nacional.

Sabemos que no actual momento persiste ao nível mundial o efeito da crise financeira e económica, que tem afectado os principais parceiros de cooperação de São Tomé e Príncipe, o que torna a nossa tarefa necessariamente mais complexa.

Temos, por outro lado, constatado que neste Orçamento de 2013 devemos continuar a recorrer ao endividamento externo, o que é uma situação que não deixa de ser preocupante. Por isso é que este Governo sempre frisou que o endividamento externo deve ser prudente e, sobretudo, os fundos conseguidos através deste endividamento devem ser prioritariamente dirigidos para investimentos e não para consumo, como forma de garantirmos que haja capacidade de reembolso e não agravamento da nossa dívida externa e da nossa capacidade de reembolso da dívida. Porque, como temos o hábito de dizer, o perigo reside no facto de a dívida pública estar a crescer a níveis não compatíveis com crescimento da económica nacional.

Sras. e Srs. Deputados, dissemos aqui na representação nacional que a única forma de invertemos a situação actual é aumentarmos efectivamente a produção. Não temos outro caminho e por isso é que precisamos da tranquilidade e da estabilidade para que os nossos parceiros continuem a acreditar em nós. Precisamos de criar um ambiente económico para que haja terreno fértil para que os investidores possam trazer dinheiro, possam investir em São Tomé e Príncipe.

Tomamos boa nota das intervenções feitas aqui pelos Srs. Deputados quanto ao facto de devermos privilegiar um endividamento interno através de títulos e bilhetes de tesouro e não privilegiar o endividamento externo. Todas essas questões foram devidamente anotadas e vamos ver, no quadro pós orçamental, como acolher as preocupações que foram aqui levantadas relativamente a questão de privilegiar o endividamento interno e utilizar os instrumentos de endividamento interno, contra o excessivo endividamento externo.

Anunciamos aqui algumas medidas que vão no sentido do rigor e da transparência na gestão da coisa pública. Dissemos que faremos tudo para reduzir drasticamente as despesas que não são necessárias ao funcionamento do Estado, reduzir as despesas com as viagens ao exterior, reduzir os gastos com o combustível, com a água e a energia, com telefones e que o Governo daria o exemplo e seria exigente nessa matéria, de forma a permitir-nos fazer poupanças muito sérias para podermos investir noutros sectores e na criação de riquezas. Só assim estaremos em condições de combater a injustiça e redistribuir melhor. Temos que, necessariamente, criar riquezas, não há outro caminho, não tenhamos ilusões.

Vamos trazer à Assembleia todos os casos que foram evocados aqui relativamente à má gestão da coisa pública, traremos os resultados. Observamos que o endividamento é colossal e aquilo que dissemos aqui sobre o endividamento do Estado, quer externo quer interno, é colossal. Dissemos que éramos surpreendidos todos os dias com uma dívida do Estado, seguramente não orçamentada e que vamos ter que pagar.

Queremos e iremos moralizar o Estado, agindo e utilizando os instrumentos que estão à nossa disposição para que essa moralização se faça.

Ainda na sexta-feira passada, depois de sair da Assembleia, recebi o Sr. Embaixador do Japão e fiquei esclarecido com o que ele me disse. Há um grande buraco nos fundos de contrapartida das vendas do arroz...

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Oh!

O Sr. Primeiro-Ministro: — ... e isto cria dificuldades sérias a este Governo. É por isso que dizemos que as pessoas deviam ser muito mais prudentes e não buscar, a qualquer preço, criar dificuldades a um governo que veio para sanear as finanças públicas; que veio para corrigir os hábitos de gestão desreguladas; que veio para dar outro norte a São Tomé e Príncipe. Estamos convencidos que seremos capazes. Vamos ter dificuldades sérias, porque o fundo de contrapartida da venda do arroz financiava, em parte, os preparativos para as eleições e eles disseram-nos que não há dinheiro suficiente no fundo de contrapartida para a contribuição do Japão para as eleições que estão previstas.

Disseram-nos também que, se não aprovisionarmos as contas dos anos anteriores, eles terão muitas dificuldades em continuar a ajudar-nos.

Disseram-nos mais que ficaram estupefactos com o preço que se vendeu o arroz a título de donativo do Japão. Disse o embaixador que o que eles pretendem é ajudar São Tomé e Príncipe e não criar problemas à produção interna e que já tinham encetado conversações com o Estado são-tomense, de forma que não se criasse desequilíbrios relativamente ao preço do arroz que eles colocam no mercado para ajudar-nos, à título de ajuda alimentar.

Em suma, quiseram dizer-nos que não se pode fazer populismo barato com um instrumento de ajuda alimentar, que deve ser utilizado racionalmente para suprir as deficiências nossas em matéria de alimentos que são necessários para a nossa população.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, tudo isso torna extremamente difícil a nossa governação e, por isso, que não podemos ter turbulências e precisamos de paz social para poder debelar esses problemas.

Estávamos à espera desse instrumento que agora terminamos de analisar na generalidade, para lançar mãos ao trabalho.

Falamos aqui da carga tributária e quero garantir às Sras. e aos Srs. Deputados que nessa matéria pugnaremos por uma justiça fiscal. Procuraremos alargar a base tributária para que a carga fiscal não seja incomportável para aqueles que trabalham, para aqueles que criam emprego, para aqueles criam riqueza, que é a única forma de podermos redistribuir.

Teremos, portanto, em relação à dívida fiscal, uma atitude que vai no sentido de permitir que o Estado cobre, mas de maneira nenhuma adoptaremos uma política de asfixia dos investidores e empresários nacionais, e seria contraproducente se o fizéssemos. O que estamos a dizer é que não pode haver, digamos, uma tábua rasa sobre a questão da dívida fiscal, mas procuraremos encontrar vias e meios para que a justiça fiscal seja feita e que, sobretudo a classe empresarial são-tomense não fique asfixiada. Podem ter certeza que isso é um compromisso, porque observamos aqui que houve uma política de asfixia da classe empresarial nacional e queremos desenvolver, encorajar e levantar a nossa classe empresarial nacional, de forma que ela esteja a altura de poder contribuir e sustentar o nosso desenvolvimento.

Portanto, tudo que foi dito aqui relativamente à política fiscal como forma de incrementar a arrecadação de receitas não pode ser, de maneira nenhuma, entendida como uma forma de asfixiar a classe empresarial nacional.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo que tenho a honra de chefiar continuará a eleger o diálogo como a sua principal forma de actuação, como tem feito até agora. Parceria social não significa que o Governo dita e que as pessoas cumpram. Parceira social, no entender do Governo, é chamar as pessoas, chamar os atores sociais para que eles participem na discussão das coisas, para que eles tenham consciência da situação em que o País se encontra e dos limites que tem o Estado relativamente à solução dos compromissos sociais. Tem que haver e é necessário que haja um equilíbrio e esse diálogo é a base necessária e indispensável para que haja o equilíbrio e o diálogo que pretendemos levar a cabo.

Digo-vos com toda a franqueza que até agora não tenho razões de queixas sobre os contactos que tenho tido com os parceiros sociais. Não somos arrogantes, a arrogância não faz parte do meu apanágio. A firmeza não pode ser confundida com arrogância! Continuaremos a ser dialogantes, continuaremos a escutar as pessoas, porque estamos a governar para as pessoas e queremos governar com elas.

Sr. Presidente, permita-me, ao terminar, manifestar a Vossas Excelências o penhorado agradecimento do Governo pelos contributos que deram na discussão deste importante instrumento e reafirmar-vos a nossa total determinação na sua execução, na mobilização dos recursos e na Cooperação Sul-Sul. Pensamos que há muito a fazer neste domínio e não pouparemos esforços nesse sentido. Sabemos o que é que representa para nós a inserção da nossa economia na nossa sub-região. É uma questão muito pouco aflorada, mas não discorramos a importância da nossa integração regional, sobretudo, se pretendemos que a nossa economia se desenvolva; se pretendemos colocar no exterior o excedente da nossa produção; se pretendemos que possamos ter receitas provenientes da nossa exportação, não podemos de maneira nenhuma ignorar os aspectos da nossa integração na nossa sub-região como um factor importante para o nosso desenvolvimento.

Portanto, com estas palavras, terei terminado a minha intervenção, agradecendo uma vez mais as Sras. e os Srs. Deputados pelo valioso contributo que deram.

Um bem-haja a todos.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, com esta intervenção encerramos o debate e vamos passar à fase seguinte.

Como determina também o nosso Regimento, vamos passar à fase de votação na generalidade. Os Srs. Deputados sabem que temos duas propostas vindas do Governo, uma sobre as GOP e outra sobre o OGE para 2013. Vou submeter à vossa consideração estas propostas em separado. Daí que vamos votar agora na generalidade a proposta das GOP para 2013.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade, com 29 votos a favor.

Submeto agora à votação a proposta de lei que aprova o OGE para 2013.

Submetido a votação, foi aprovada por unanimidade, com 29 votos a favor.

Cumprimos assim a primeira etapa do OGE.

Srs. Deputados, como define o nosso Regimento, a etapa seguinte é a discussão e aprovação na especialidade e o artigo 162.º diz: «Salvo disposto no Regimento, a discussão e votação na especialidade cabe à Comissão competente em razão da matéria». Porém, diz também o artigo 163.º: «O Plenário pode deliberar, a todo tempo, avocar a si a votação na especialidade, a requerimento de, pelo menos, cinco Deputados. Tenho neste momento um requerimento que chegou à Mesa, que diz o seguinte: «Nos termos do artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional, nós, os Deputados abaixo-assinado, vimos recorrer a Vossa Excelência que a discussão e votação na especialidade do OGE para o ano 2013 sejam feitas em Plenário.

Queira aceitar, Excelência, os melhores cumprimentos».

Os subscriptores, José Viegas Santiago, Adilander Costa, António da Trindade Afonso, Guilherme Octaviano, Manuel da Cruz Marçal Lima e Manuel Martins Quaresma.

Vou submeter isto à consideração e à votação de vossas excelências.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Portanto, a discussão do Orçamento na especialidade será feita também em sessão plenária.

Proponho a Vossas Excelências, para ganharmos tempo, que esta sessão de discussão na especialidade comece amanhã às 9 horas. Gostaria de saber a vossa reacção, estamos de acordo?

Aplausos gerais.

Neste sentido, convido os Líderes Parlamentares, os Presidentes das Comissões e os Vice-Presidentes para uma sessão de trabalho no meu gabinete, logo a seguir ao fim desta sessão.

Agradeço a presença de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e dos Srs. Ministros.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 13 horas.

Faltaram à sessão os Srs. Deputados do ADI.

Adérito de Oliveira Bonfim dos Ramos

Adilson Cabral Managem

Alexandre da Conceição Guadalupe

André Varela Ramos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita

Carlos Manuel Cassandra Correia

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Cecílio Quaresma da Graça Sacramento

Celmira Almeida do Sacramento

Domingos José da Trindade Boa Morte

Domitilia Portulêz Trovoada da Costa

Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos

Hélder Paquete Lima

Heliodoro Pires Quaresma

Idalecio Augusto Quaresma

Isabel Mayza Jesus da Graça Domingos

José da Graça Diogo

José António do Sacramento Miguel

José Manuel M. Costa Alegre

Levy do Espírito Santo Nazaré

Manuel da Graça José Narciso

Mário Fernando

Martinho da Trindade Domingos

Octávio Costa de Boa Morte Fernandes

Paulo Jorge de Carvalho

Roberto Patrício das Neves Lombá